



**PAUTA
PARA A 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO
ADICIONAL À 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA
EM 13 DE FEVEREIRO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 16, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahão. Cria o Fundo Estadual Emergencial de Combate a Epidemias.

2 - Projeto de lei nº 17, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre a proibição do uso de "drone/vant" em todo e qualquer ambiente fechado com aglomeração de pessoas no Estado.

3 - Moção nº 5, de 2015, de autoria da deputada Sarah Munhoz. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional para que seja votado e aprovado projeto de lei que criminaliza o trote nos estabelecimentos de ensino superior.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 14, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a criação e implantação da Faculdade de Tecnologia - FATEC no município de Franco da Rocha, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza".

2 - Projeto de lei nº 15, de 2015, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Regime Assistencial Especial de Atendimento de Emprego e Renda" às mulheres vítimas de violência conjugal no Estado.

3ª Sessão

Projeto de lei nº 13, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos da Biblioteca Pública - AABIP", em Ourinhos.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 11, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Revoga o § 1º do artigo 1º da Lei 15.626, de 2014.

2 - Projeto de lei nº 12, de 2015, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Diretor Geral Sampaio Dória" ao imóvel sede da ARTESP, na Capital.

3 - Moção nº 4, de 2015, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal e líderes partidários no sentido da rápida deliberação e aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2013, alterando a Lei nº 9.277, de 1996, para dispor sobre cobrança de pedágio.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Altera a Lei Complementar nº 207, de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil.

2 - Projeto de lei nº 8, de 2015, de autoria dos deputados Edinho Silva e Roberto Felício. Declara de utilidade pública a Liga Taquaritinguense de Voleibol Adaptado da Melhor Idade, Cultura e Esporte - LTVAMI, em Taquaritinga.

3 - Projeto de lei nº 9, de 2015, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Associação de Difusão Cultural e Comunitária Boas Novas de Ribeirão do Sul", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 10, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Diretor Ricardo Genesio da Silva" à Escola Estadual Cipava II-A, em Osasco.

5 - Moção nº 3, de 2015, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que promovam estudos e adotem providências com vistas à proposição e aprovação de um projeto de lei que altere a Lei Federal nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, objetivando investir de parte do valor arrecadado com multas na manutenção,

melhoramento e na construção de ciclovias e em programas para melhorar a qualidade dos transportes nas vias públicas rurais e urbanas.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 296, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a associação "Serviços e Obras Sociais de Presidente Prudente - SOS", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 480, de 2013, de autoria do deputado Carlos Neder. Declara de utilidade pública o "Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades e Municípios Saudáveis - CEPEDOC", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 437, de 2014, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "SSPV - Sociedade de São Vicente de Paulo - Vila Vicentina" em Lorena.

4 - Projeto de lei nº 525, de 2014, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública o Centro de Reabilitação Social de Vidas "Projeto Samambaia", em Mongaguá.

5 - Projeto de lei nº 825, de 2014, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública a "Casa Santo Expedito", em Bebedouro

6 - Projeto de lei nº 833, de 2014, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública a "União Severinense de Educação e Cultura - UNISEV, em Severínia.

7 - Projeto de lei nº 861, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação Projeto Esperança Criança e Família", em Taubaté.

8 - Projeto de lei nº 914, de 2014, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública o "Grupo TUMM - Todos Unidos Mudaremos o Mundo", em Mococa.

9 - Projeto de lei nº 1165, de 2014, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Casa Renascer", em Guariba.

10 - Projeto de lei nº 1258, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o "Lar de Idosos Vicente de Paulo de Caçapava", naquele Município.

11 - Projeto de lei nº 1298, de 2014, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública a "Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paulo de Faria", naquele Município.

12 - Projeto de lei nº 1317, de 2014, de autoria do deputado Barros Munhoz. Declara de utilidade pública a "Associação dos Produtores Rurais da Região de Osvaldo Cruz", naquele Município.

13 - Projeto de lei nº 1323, de 2014, de autoria do deputado Ulysses Tassinari. Declara de utilidade pública o "Centro Terapêutico Cristão Salva Vidas", em Itapeva.

14 - Projeto de lei nº 1339, de 2014, de autoria do deputado Barros Munhoz. Declara de utilidade pública o "Centro Pró Autista de Desenvolvimento Tecnológico de Políticas Públicas e Sociais - CPA Social", na Capital.

15 - Projeto de lei nº 1349, de 2014, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Fundação do ABC - FUABC", em Santo André.

16 - Moção nº 83, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Protesta contra a edição do Provimento CGJ nº 17/2013, que autoriza e implementa a mediação e a conciliação extrajudicial no Estado de São Paulo e insere o item 44.2, na Subseção I da Seção III do Capítulo XIII do Tomo II das Normas de Serviço da Corregedoria-Geral da Justiça, e apela para o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado no sentido de que solicite ao Senhor Corregedor-Geral da Justiça a revogação do referido ato normativo.